

## SÃO PAULO, O ALGODÃO E O JAPONÊS NA DÉCADA DE TRINTA\*.

Arlinda Rocha Nogueira\*\*

Plenamente inserido na vida econômico/financeira internacional, seria impossível ao Brasil — como realmente o foi — permanecer imune aos acontecimentos que marcaram a conjuntura econômica mundial nos fins da década de vinte e início da de trinta, do presente século.

Afora este aspecto há a considerar, também, o fato de a economia brasileira girar, na época, em torno de praticamente um único produto: o café. Em outros termos, a nossa economia era extremamente vulnerável na medida em que ficava na dependência direta da situação daquele produto no mercado internacional. Qualquer alteração na cotação ou na colocação do mesmo tinha efeitos imediatos sobre ela.

Enquanto outros países sul-americanos comercializavam de dois a seis produtos internacionalmente, com uma participação unitária da ordem de 5% no valor das exportações, o Brasil, afora o café que respondia por 70% de suas exportações, não contava com nenhum outro produto que atingisse à percentagem de 5% do valor total de nossas exportações<sup>(1)</sup>.

A crise de 1929 provocou uma queda de cerca de 30% no valor do café no mercado internacional. Os lavradores brasileiros, sobretudo paulistas, viram-se diante de uma crise de grandes proporções já que os estoques avolumavam-se dia a dia e os preços não se mostravam nada compensadores.

\* Publicado no *Jornal do Imigrante*, São Paulo, 8(89):6-9, ago. 1985.

\*\* Profa. Assist. Doutora — Área de História do Brasil, IEB-USP.

(1) *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, 1(3): 79, abr. 1936.

Numa reação em cadeia a moeda se desvalorizou, a balança de pagamentos foi deficitária e os negócios sofreram retrocesso, acarretando uma sensível redução nas importações<sup>(2)</sup>.

Este contexto todo teve reflexos na vida brasileira. Verificou-se um incremento na produção e no consumo interno, tanto no setor agrícola como industrial. Mas uma preocupação era geral: encontrar um novo produto exportável para tentar regularizar a situação econômico/financeira do país como já ocorrera em outras oportunidades<sup>(3)</sup>.

Nessa busca, o algodão surgiu como um produto viável. Aliás, o algodão brasileiro mais de uma vez já fora aceito no mercado internacional. Foram, todavia, surtos fortuitos para atender a uma demanda extraordinária. Passada a situação de exceção — por exemplo: a Guerra de Secessão (1861-66) e a geada (1918) —, voltava a produção nacional aos níveis anteriores, isto é, para consumo predominantemente interno.

A crise dos anos vinte liberou em São Paulo, de certa forma, terras e braços que poderiam ser aproveitados pelos cotonicultores, além de toda uma infra-estrutura representada por transportes, recursos agrônômicos e comerciais. Para o Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, Luiz Piza Sobrinho, "O Brasil e particularmente São Paulo, meteram-se na aventura, exclusivamente em atitude de legítima defesa".

A escolha do algodão foi por ele explicada, com relação a São Paulo, nos seguintes termos: "Voltou-se, necessariamente, para a lavoura, que nunca lhe dera desgostos, mesmo porque os desastres que houvesse produzido nunca iam além dos prejuízos de um ano: o algodão."<sup>(4)</sup>

Em 1934 o Brasil já passara a ocupar um lugar de destaque no mercado internacional como fornecedor de algodão, então considerado "uma das matérias-primas de importância capital, na paz e na guerra".<sup>(5)</sup>

De doze mil toneladas de algodão em rama, exportadas em 1933, passou para cento e vinte e sete mil em 1934 e para cento e trinta e oito mil em 1935.

Antes de 1933 o algodão não chegava a contribuir com 5% do valor das exportações brasileiras, como vimos. Em 1934, entretanto, sua participação foi de 13% e em 1936 de 16%<sup>(6)</sup>.

Se os avanços na cotonicultura foram amplos num espaço de tempo pequeno a ponto de causar espécie, não menos expressiva se mostrou a participação do braço japonês nessa lavoura.

O imigrante nipônico aqui estabelecido — incentivado e amparado pelo governo de sua terra natal — voltou-se para a cotonicultura, que ocupou um lugar de destaque entre os produtos, como veremos.

**O algodão no mundo e no Japão** — Durante muitos anos a Grã-Bretanha dominou o comércio algodoeiro mundial. E o fez de tal forma que, segundo Anton Zichka, não só não

(2) *Conjuntura Econômica*, São Paulo, 3(3): 31, mar. 1949.

(3) *O Observador Econômico e Financeiro*, cit., 3(3):31-34, mar. 1949.

(4) Zischka, Anton — *A guerra secreta pelo algodão*. Trad. Othmar Krausneck e Érico Verissimo. Porto Alegre, Globo, 1936.

(5) *O Observador Econômico e Financeiro*, cit., 1(3): 79, abr. 1936.

(6) *Ibidem*.

permitia a exportação de suas máquinas como obrigava a "Índia e a América, produtores de algodão bruto, a enviá-lo, através dos mares, à Grã-Bretanha e a comprarem depois os produtos manufaturados"<sup>(7)</sup>.

Com o tempo os Estados Unidos e a Alemanha passaram a ocupar, também, um certo espaço no mercado algodoeiro mundial, embora a Grã-Bretanha continuasse com o domínio da situação.

Preocupada em mantê-lo, data de 1902 a fundação da *Cotton Growing Association*, que objetivava, entre outras coisas, encontrar novas terras favoráveis à cultura do algodão. A Inglaterra, país insular, dependia da importação de matéria-prima para alimentar sua indústria têxtil e, desta forma, manter sua produção e garantir sua liderança no setor. As buscas multiplicaram-se. Uma vez verificado que determinada região possuía condições climáticas e de solo favoráveis, procurava-se a todo custo torná-la parte do reino, se ainda não o fosse<sup>(8)</sup>.

No oriente um país — também insular e dependente da importação de matéria-prima para suas indústrias — foi, igualmente, aos poucos conquistando um lugar no mercado algodoeiro internacional: o Japão.

Não foram poucos, nem pequenos, os problemas a enfrentar.

Se no início deste século a instalação de um tear ficava entre cinquenta e cinco e sessenta dólares para os europeus e americanos, para os japoneses chegou a noventa e três dólares, portanto, quase o dobro. O preço excessivo, todavia, estimulou não só pesquisas locais como, igualmente, a fabricação de modelos próprios.

Assim, ao irromper a Primeira Guerra Mundial, foi possível ao país do sol nascente colocar em funcionamento seus próprios teares, cujo preço de custo era, aproximadamente, a sexta parte daquele dos ingleses. Foi este, sem dúvida, um fator altamente positivo na conquista do mercado internacional. Permitiu que aquele país oriental — justamente numa ocasião crítica do comércio mundial — surpreendeu, e o que é importante, a preços vantajosos, o mercado asiático de algodão. E não contente com isso, foi ganhando terreno a ponto de em pouco tempo Osaka impor-se "vitoriosa, desde a África Central até os desertos gelados do Canadá".

Pois bem, à semelhança da Grã-Bretanha, o Japão lançou-se desde cedo numa verdadeira campanha pela conquista não só de fornecedores de matéria-prima como de consumidores para seus produtos industrializados, cada vez mais numerosos. Para ter-se noção, basta dizer que a multiplicação de seus teares foi da ordem de 300% em dez anos, pois de 25.300 em 1914 passou para 64.600 em 1924.

Paralelamente a esse aumento, a exportação algodoeira nipônica, que era em 1913 da ordem de quatrocentos e doze milhões de jardas quadradas, passou em 1929 para nada menos que um bilhão e quatrocentos milhões<sup>(9)</sup>. Sobretudo a partir de 1931, com o aumento significativo de suas exportações de tecidos de algodão — o Japão passou a ser visto como um

---

(7) Zischka, Anton — *cit.*, p. 9.

(8) *Ibidem*, p. 71, 72.

(9) *Ibidem*, p. 9, 166.

real competidor pela Grã-Bretanha até então a fornecedora tradicional do produto no mercado mundial<sup>(10)</sup>.

Osaka tornou claro aos agentes de Lancashire (Manchester) que eles estavam diante de um grande concorrente. O desemprego nos estabelecimentos têxteis da Grã-Bretanha deram um salto de 14 para 21% entre 1927 e 1930, enquanto, ao contrário, as fábricas japonesas adotavam um regime de trabalho praticamente ininterrupto. Para um político inglês, Frederick W. Asthburg o "perigo amarelo tornou-se maior do que nunca, mais perigoso do que se se tratasse de exércitos. Caso não nos pusermos em ação, dentro de cinco anos não existirá mais firmas algodoeiras na Inglaterra"<sup>(11)</sup>.

O ano de 1933 foi um marco no mercado algodoeiro mundial. Pela primeira vez a Grã-Bretanha deixou de ocupar o primeiro lugar entre os exportadores de produtos de algodão. O Japão assumiu tal posição ao exportar 2.190.228.000 jardas quadradas, enquanto a Grã-Bretanha não ultrapassou a 2.116.479.000 jardas quadradas<sup>(12)</sup>.

Um outro país diretamente interessado, então, no mercado algodoeiro eram os Estados Unidos. Pois bem, ele também demonstrou apreensão diante dos progressos japoneses. É compreensível, pois se em 1933 os nipônicos colocaram naquele país um milhão de jardas de tecidos, um ano mais tarde esse número passou a dezesseis milhões, em 1935 a trinta e seis milhões e, em 1937, a setenta e cinco milhões de jardas!

A situação era tal que em 1936 partiu em direção ao Japão um grupo conhecido por *American Cotton Textil*. O mesmo firmou um contrato entre os dois países no sentido de limitar o comércio têxtil em razão, alegavam, das diferenças de custos de produção entre um e outro<sup>(13)</sup>.

Os Estados Unidos não foram os únicos a reagir diante dos progressos japoneses. A Grã-Bretanha, por exemplo, em 1933 impôs à Índia um aumento nos direitos aduaneiros relativos aos produtos de algodão não ingleses, visando com isso impedir a entrada de produtos japoneses. Em contrapartida a *União Japonesa de Algodoeiros* resolveu suspender a compra de algodão bruto da Índia. Como isto representaria um prejuízo da ordem de duzentos e quarenta milhões de yens para os indianos, foi promovido um encontro sigiloso entre as partes interessadas, oportunidade em que foram acertadas as condições de continuidade das relações comerciais. Com a Áustria, também, deu-se o mesmo<sup>(14)</sup>.

O Japão, por seu turno, adotou medidas de exceção. Em 1938, em plena guerra com a China, sobretaxou uma série de produtos, tanto os não essenciais quanto os essenciais, como foi o caso do algodão. Só obtinham permissão de importá-lo aqueles que comprovassem, com antecedência, a venda do tecido a ser confeccionado com a fibra importada<sup>(15)</sup>.

(10) Exportação do Japão para o Brasil. *O Observador Econômico e Financeiro*, cit., 3(27): 110, abr. 1938.

(11) *Apud* Zischka, Anton — cit., p. 166, 167.

(12) Zischka, Anton — cit., p. 168 a 173.

(13) O acordo têxtil norte-americano/japonês. *O Observador Econômico e Financeiro*, cit., 2(18): 93, jul. 1937.

(14) Zischka, Anton — cit., p. 168 a 173.

(15) O Japão e a guerra da China. *O Observador Econômico e Financeiro*, cit., 3(31): 158, ago. 1938.

Outra medida tomada pelo governo japonês foi a proibição do uso de tecidos de algodão pelos nipônicos. Os mesmos deveriam ser substituídos pelo *rayon*. A intenção foi canalizar toda a produção de tecidos de algodão para a exportação com exceção, naturalmente, do necessário para acudir às necessidades do setor militar. O objetivo era “fazer da guerra uma indústria nacional, sem perder terreno no comércio exportador, com o produto do qual o Japão espera continuar a ter os meios de pagar as munições que a guerra exige”<sup>(16)</sup>.

As medidas adotadas, ao que tudo indica, surtiram efeito positivo, pois ao final de 1938 o país desfrutou, pela primeira vez em vinte anos, de saldo positivo no balanço das importações e exportações, da ordem de cinquenta milhões de yens<sup>(17)</sup>.

Com efeito, Osaka, à semelhança de Lancashire (Manchester), lutou bravamente durante os anos trinta pelo controle do mercado, adotando para tanto uma política próxima àquela da *Cotton Growing Association*, isto é, de busca de mercados fornecedores de matéria-prima e consumidores de produtos industrializados<sup>(18)</sup>.

Nessa procura encontrou o Brasil e, sobretudo, São Paulo. O nosso Estado reunia, então, as condições ideais, pois afora estar incrementando a cotonicultura como forma de enfrentar e superar a crise no setor cafeeiro, concentrava em seus limites a maior parte dos imigrantes japoneses e seus descendentes radicados em território brasileiro.

**O algodão em São Paulo** — Como é sabido, o algodão é uma planta tropical cujo ciclo evolutivo transcorre entre três e cinco meses. Para seu pleno desenvolvimento necessita de uma estação seca e outra chuvosa<sup>(19)</sup>.

A qualidade do produto é determinada, de um lado, em função de seu aspecto e de outro, pelo comprimento das fibras. O que define o tipo é sua coloração — resultante de uma maior ou menor porcentagem de impurezas e defeitos —, bem como, evidentemente, a constituição das fibras. Por vezes o algodão pode apresentar um aspecto excelente, mas suas fibras serem demasiadamente curtas, diminuindo, portanto, o seu valor. Logo, da união desses elementos todos é que o algodão pode ser classificado — em ordem decrescente —, nos tipos 1, 2, 3 etc.<sup>(20)</sup>.

O ano algodoeiro propriamente dito tem início com a semeadura de setembro a novembro e termina por ocasião da colheita que se estende de março a julho, se bem que os trabalhos de preparo da terra para cultivo, em geral, já começam em agosto<sup>(21)</sup>.

O Nordeste foi responsável pela maior parte da produção algodoeira brasileira durante muito tempo. Ainda em 1927/28 a produção média paulista anual era da ordem de 46.000 fardos, o que equivale dizer 9,2% da produção nacional. Apesar da fibra do algodão paulis-

(16) O Japão e o algodão. *O Observador Econômico e Financeiro*, cit., 3(33): 169, out. 1938.

(17) Comércio exterior do Japão. *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, 3(36): 197, dez. 1939.

(18) Zischka, Anton — cit., p. 168 a 173.

(19) Mesquita, Myriam Gomes Coelho — Interpretação do mapa da produção de algodão no sudeste do Planalto Central. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, 10(106): 84, jan./fev. 1952.

(20) Dantas, José Garibaldi — Mercado de Algodão. *O Observador Econômico e Financeiro*, cit., 3(28): 105, maio 1938.

(21) *Ibidem*, 3(27): 89, mar. 1938.

ta ser curta, suas características de clareza, limpeza e uniformidade fizeram com que desde cedo tivesse boa aceitação em Liverpool, considerada como representante das melhores espécies de algodão de fibra curta<sup>(22)</sup>.

No início dos anos trinta (1931/32) São Paulo passou a produzir 45,6% do algodão nacional. Em termos de área cultivada, se em 1922/23 o algodão cobria 142.277 hectares, em 1936/37 estendia-se por 983.583 hectares<sup>(23)</sup>.

O que também contribuiu favoravelmente para o desenvolvimento da cotonicultura no Estado de São Paulo foi que nos quatro primeiros anos da década de trinta ocorreu uma intensa divisão de suas propriedades agrícolas. Muitos fazendeiros foram de certa forma forçados a isso em razão da crise econômica então vigente. Assim, entre 1931 e 1934 houve um aumento de 82,5% no número de pequenas propriedades em São Paulo. Só a partir de 1935 é que teve início um processo oposto, isto é, de concentração fundiária.

Uma das grandes dificuldades dos plantadores de algodão era a obtenção de financiamento amplo. Em 1938 Garibaldi Dantas chamava a atenção para o problema. Sendo os cotonicultores obrigados a levantar empréstimos e, muitas vezes, a fazer adiantamentos em espécie aos comerciantes, estava ocorrendo um aumento nos custos de produção, o que prejudicava o Brasil diante de outros países na concorrência pela conquista de mercado para o produto. Dai advogar a necessidade de serem atendidos os cotonicultores "se quisermos evitar o declínio e a decadência de uma atividade de que não só lucram os seus respectivos produtores, mas toda a economia nacional"<sup>(24)</sup>. Como o meio bancário não se mostrasse interessado "a situação seria de verdadeira calamidade, não estivesse a lavoura algodoeira paulista concentrada, em grande parte, em dezenas de milhares de pequenos proprietários, cujas economias de anos anteriores ajudaram e justificaram a relativa independência de outras fontes financeiras"<sup>(25)</sup>.

Muito embora as fibras produzidas no Norte e no Nordeste do Brasil durante anos tenham sido comercializadas na Europa, o Japão um dos grandes importadores de nossa fibra nos anos trinta, não as aceitou. Técnicos nipônicos após visitarem detidamente a região recusaram-se a importar a fibra em razão, alegavam, de sua forma deficiente de beneficiamento e à diversidade de comprimento. Optaram, desde logo, pelo produto paulista. Este, apesar de alguns defeitos, era uniforme graças à seleção das sementes e aos cuidados tomados por ocasião do beneficiamento<sup>(26)</sup>.

A melhoria verificada na qualidade do produto paulista foi, sem dúvida, resultante da atuação intensa de órgãos como o Serviço do Algodão e o Serviço de Plantas Têxteis do Mi-

---

(22) Simonsen, Roberto — *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo, Ed. Nacional, 1973, p. 276.

(23) A produção algodoeira em São Paulo. *O Observador Econômico e Financeiro*, cit., 3(33): 181, out. 1938.

(24) Dantas, José Garibaldi — Mercados de algodão. *O Observador Econômico e Financeiro*, cit., 3(30): 126, 127, jul. 1938.

(25) *Ibidem*, 3(26): 119, mar. 1938.

(26) Souza, William Coelho de — Estudo do algodão brasileiro. *O Observador Econômico e Financeiro*, cit., 2(23): 72, dez. 1937.

nistério da Agricultura e o Serviço Científico do Algodão do Instituto Agrônomo de Campinas que selecionaram as sementes e deram todo apoio necessário aos cultivadores<sup>(27)</sup>.

Luís Piza Sobrinho, Secretário da Agricultura, afirmava que os lavradores paulistas, nos anos trinta, tinham consciência da necessidade de produção do algodão de fibra longa para que o produto fosse aceito no estrangeiro<sup>(28)</sup>.

Assim, amparados pelos órgãos oficiais já citados, os cotonicultores paulistas conseguiram — uma verdadeira revolução de ordem tecnológica — elevar o comprimento da fibra do algodão paulista de 22 para 26mm em 1923 e para 28mm em 1933. Logo na primeira safra de melhor qualidade a fibra paulista conseguiu, em Liverpool, igualar-se, em preço, à americana<sup>(29)</sup>.

Aliás, de certa forma, o produto paulista levava vantagem em relação ao americano, pois se entre 1933 e 1935 a fibra americana média era de 23mm, a nossa já atingia a 28,5mm<sup>(30)</sup>.

O produto paulista revelou-se não só em termos de comprimento da fibra mas, também, quanto ao tipo. Em 1935 os tipos 3, 4 e 5 não passavam de 49% da produção total, mas em 1936 já representavam 75% dela. E não foi só: o tipo 6 caiu de 27,6% para 17,5%, enquanto os inferiores como 7, 8 e 9 praticamente desapareceram<sup>(31)</sup>.

A melhora na qualidade da fibra fez com que o algodão, em pouco tempo, passasse a figurar numa posição de destaque na relação de exportações brasileiras. Os números evidenciam o progresso: em 1934 exportávamos 126.548 toneladas, no ano seguinte, 138.630 toneladas. Aumento significativo, sobretudo, dada a concorrência dos produtos no mercado internacional<sup>(32)</sup>.

No cômputo geral de nossas exportações o algodão, a partir de 1933, foi tendo uma participação crescente até 1939 quando, pela primeira vez, apresentou sinais de tendência de decréscimo. Senão vejamos:

**Exportação brasileira de algodão. % dos valores do algodão exportado sobre os totais de nossa exportação.**

Anos	Porcentagem
1933	1,17%
1934	13,18%
1935	15,79%
1936	19,00%
1937	18,54%
1938	18,25%
1939	20,64%
1940	16,87%
1941	15,01% <sup>(33)</sup>

(27) Martins, Renato Gonçalves — *O drama do algodão brasileiro*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1950, p. 9. (Col. Que é o Brasil? 2).

(28) Zischka, Anton — *cit.*, p. VII.

(29) Peláez, Carlos Manuel — *História da industrialização brasileira. Crítica à teoria estruturalista no Brasil*. Rio de Janeiro, APEC, 1972, p. 119, 122.

(30) Souza, William Coelho de — *cit.*, 2(23): 68, dez. 1977.

(31) Zischka, Anton — *cit.*, p. VII.

(32) *O Observador Econômico e Financeiro*, *cit.*, 1(2):28, mar. 1936.

Em 1935, a Alemanha, a Grã-Bretanha, a França, a União Belgo-Luxemburguesa, a Holanda e o Japão foram os nossos principais importadores. Três anos mais tarde, todavia, o país do sol nascente já ocupava o segundo lugar entre os nossos clientes, superado apenas pela Alemanha<sup>(34)</sup>. São Paulo, na verdade, ficou durante anos na dependência desses dois mercados, pois ambos importavam mais de 50% de toda a exportação paulista<sup>(35)</sup>.

Para o Brasil era mais interessante a comercialização do produto com a Inglaterra ou com o Japão, pois tais países faziam seus pagamentos em moeda de curso internacional, o que não acontecia, por exemplo, com a Alemanha. Dai haver quem defendesse a retração das vendas para aquele e outros países em igual condição<sup>(36)</sup>.

Outro problema residia na instabilidade dos nossos principais mercados. A Alemanha, por exemplo, só se interessava pelo nosso produto se houvesse compensação, isto é, na medida em que pudesse colocar os seus produtos em nosso país.

Quanto ao Japão, qualquer contrato celebrado com os Estados Unidos ou a Índia para fornecimento de algodão refletia-se imediatamente nas aquisições feitas em outros mercados, inclusive o Brasil. Tudo isso provocou o aparecimento de defensores de uma diversificação do nosso país na comercialização da fibra<sup>(37)</sup>.

Um fator que agiu positivamente na colocação do produto no mercado internacional foi que entre maio e agosto — quando se verificava a maior exportação da fibra pelo porto de Santos — não havia “em nenhuma outra parte do mundo quem possuía algodão novo, em grande quantidade, a não ser uma parte da Índia e alguns pequenos trechos da África do Sul”. Em outras palavras: Santos transformava-se, então, no porto de maior importância na exportação de algodão<sup>(38)</sup>.

O Brasil, internacionalmente, colocava-se em quarto lugar entre os maiores produtores de algodão já a partir de 1935/36. Na comercialização, além da fibra, exportávamos também torta, óleo, linter, resíduos, fardos e estearina<sup>(39)</sup>.

Quanto à Ásia, o volume dos nossos negócios foi aos poucos elevando-se, sobretudo em função da crescente importância de nossas transações comerciais com o Japão. E estas foram de tal ordem que os mercados europeus passaram para uma posição secundária. Assim, entre janeiro e julho de 1939, por exemplo, se 51% do algodão saído de Santos tinha por des-

---

(33) Melo, Luis Vicente Figueira — Defesa do algodão. *O Observador Econômico e Financeiro*, cit., 9(100): 58, maio 1944.

(34) Tecidos de algodão no Japão. *O Observador Econômico e Financeiro*, cit., 1(2): 28, mar. 1936; 3(27): 110, abr. 1938.

(35) Dantas, José Garibaldi — Mercados de algodão. *O Observador Econômico e Financeiro*, cit., 3(36):167, jan. 1939.

(36) Exportação de algodão em moeda não arbitrável. *O Observador Econômico e Financeiro*, 1 (12): 132, jan. 1937.

(37) Dantas, José Garibaldi — Mercados de algodão. *O Observador Econômico e Financeiro*, cit., 3 (35): 128, dez. 1938.

(38) Previsão sobre a safra de algodão. *O Observador Econômico e Financeiro*, cit., 3(27):112, abr. 1938.

(39) Dantas, José Garibaldi — Mercados de algodão. *O Observador Econômico e Financeiro*, cit., 3(36): 167, jan. 1939.



tino o Japão, apenas 15% seguiu para a Alemanha, 10% para a Inglaterra e 9% para a França<sup>(40)</sup>.

Os tipos 3 e 4 eram os preferidos pelo mercado japonês que, aliás, não se interessava pelos tipos 5 ou inferiores. O que começou a provocar comentário, inclusive na imprensa internacional, foi o fato de o algodão — sobretudo do Sul do Brasil — estar sendo aceito no mercado mundial em lugar, inclusive, do produto norte-americano!

Certos dados quantitativos impressionaram os observadores americanos: em 1934 o café representara 61% das exportações brasileiras e o algodão 13%; no ano seguinte o café não atingiu os 53%, enquanto o algodão passou a 16%. No que diz respeito ao país do sol nascente, em 1935 colocamos no mercado japonês vinte mil fardos e, em 1936, cinquenta mil, portanto mais que o dobro!<sup>(41)</sup>

Por outro lado, num relatório do Instituto de Relações Pacíficas, foi dado destaque ao fato de o Brasil estar, em 1936, produzindo metade do algodão importado anualmente pelo Japão, com a agravante — segundo o relator — de o produto brasileiro “ser comparado favoravelmente em qualidade e pureza com o produto norte-americano”<sup>(42)</sup>.

Para William Coelho de Souza, entretanto, tal temor não podia “passar de pilhéria”, pois, apesar de o Brasil ocupar um lugar de destaque entre os produtores/exportadores, sua produção no cômputo geral não ia além dos 3,92% e as exportações não ultrapassavam os 2,18%<sup>(43)</sup>.

**Relações comerciais Brasil x Japão** — Nas duas primeiras décadas deste século não ultrapassavam a 0,02% das exportações brasileiras, as importações feitas pelo Japão. A partir dos anos trinta, uma série de fatores influíram diretamente no incremento das relações comerciais entre os dois países<sup>(44)</sup>.

Egon Pisk atribui o estabelecimento do *The Yokohama Specie Bank*, no Rio de Janeiro, à inauguração de uma linha de navegação direta entre o Japão e o Brasil pela *Osaka Shosen Kaisha*, afora o grande contingente de imigrantes japoneses radicados em São Paulo, como fatores que agiram favoravelmente no desenvolvimento das relações comerciais entre os dois países.

A situação tomou rumos e amplitude totalmente novos quando, em 1935, fomos visitados por uma missão da Federação das Câmaras do Comércio e Indústria do Japão chefiada por Hochisaburo Hirao. Aquele delegado ficou muito bem impressionado com o que viu e ao voltar para o Japão procurou divulgar o lema: “O Japão em primeiro lugar na indústria do algodão do Brasil”. Sugeriu ao Imperador a aplicação de capitais japoneses em favor do desenvolvimento do plantio e do beneficiamento do algodão, visando não só ampliar as im-

(40) Intercambio com a Ásia. *O Observador Econômico e Financeiro*, cit., 4(45):124, out. 1939. A cultura do algodão em São Paulo, *Ibidem*, p. 129.

(41) *O Observador Econômico e Financeiro*, cit., 1(8): 102, set. 1936.

(42) O algodão brasileiro nos mercados japoneses. *O Observador Econômico e Financeiro*, cit., 1(11): 111, dez. 1936.

(43) Souza, William Coelho de — O algodão na economia brasileira. *O Observador Econômico e Financeiro*, cit., 2(21): 88, out. 1937.

(44) As possibilidades de intercâmbio nipo-brasileiro. *O Observador Econômico e Financeiro*, cit., 1(6):69, jul. 1936.

portações japonesas do produto, como, acima de tudo, contribuir para a melhoria da situação econômica dos emigrantes aqui radicados.

Sem dúvida essa delegação e aquela do Brasil que em 1936, sob o comando de Salgado Filho, seguiu para o país do sol nascente tiveram, sem sombra de dúvida, uma ação direta nas relações comerciais entre os dois países. A missão brasileira aproveitou a oportunidade para firmar contratos com importantes firmas de Osaka para fornecimento de matéria-prima. Foram acordos favoráveis para ambas as partes, mesmo porque foram na ocasião eliminados os intermediários<sup>(45)</sup>.

Em 1936 o Japão figurou em terceiro lugar entre as nações com as quais o Brasil mantinha relações comerciais e que nos deixavam saldos positivos. As outras duas eram os Estados Unidos e a França.

Nossas relações comerciais com aquele país oriental evoluíram da seguinte forma:

ANO	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	SALDO
1932 .....	81.760.....	53.611.....	- 28.149
1933 .....	154.294.....	60.259.....	- 94.035
1934 .....	169.465.....	105.202.....	- 64.263
1935 .....	246.852.....	158.098.....	- 88.754
1936 .....	349.609.....	1.683.333.....	+ 1.333.724 <sup>(46)</sup> .

O desenvolvimento crescente das relações comerciais entre os dois países foi alvo de comentários num relatório do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. Para o relator, o fato de grande parte da produção e da comercialização do algodão do sul do Brasil estar em mãos de japoneses fazia-o supor que aquele produto gozava da preferência dos fiadores nipônicos. E mais: tudo isto levava-o a imaginar que as empresas nipônicas instaladas no Brasil estariam procurando produzir os tipos mais apropriados às necessidades da indústria têxtil japonesa. Dai ser corrente, na época, a afirmativa de que "grande parte da safra de algodão do sul do Brasil pertence a japoneses e é vendida a industriais nipônicos". Foi, aliás, o que ficou patente quando 60% da produção paulista da safra de 1935/36 fora de japoneses, o que, em outros termos, significava 31% de toda a colheita brasileira daquela fibra.

Os nipônicos, além disso, não se limitavam à produção do algodão mas, também, estavam investindo cada vez mais nos setores de descaroçamento e da venda de subprodutos<sup>(47)</sup>.

Aliás, o estabelecimento de firmas japonesas em São Paulo serviu de ponte entre os industriais japoneses e os negociantes brasileiros. Entre eles: a Algodoeira do Sul Ltda., a Brazcot Ltda. e a Algodoeira Bratac Ltda., que se instalaram no Estado paulista com usinas de descaroçamento nas principais zonas de produção. Tiveram, também, participação das mais ativas na comercialização do produto até sua liquidação por ocasião do conflito mun-

(45) A missão brasileira no Japão. *O Observador Econômico e Financeiro*, cit., 1(10):89, nov. 1936.

(46) Intercâmbio nipo-brasileiro. *O Observador Econômico e Financeiro*, cit., 2(16): 84, maio 1937.

(47) O algodão brasileiro nos mercados japoneses. *O Observador Econômico e Financeiro*, cit., 1(12): 120, jan. 1937.

dial. Em 39/40 tais companhias — que eram ramificações dos *trusts* Mitsui e Mitsubichi — foram responsáveis por 25% das exportações de algodão pelo porto de Santos<sup>(48)</sup>.

Essas considerações todas — embora um tanto longas — fizeram-se necessárias na medida em que explicam o interesse dos imigrantes japoneses aqui estabelecidos em se dedicarem à cotonicultura e do Japão em apoiá-los.

**O japonês na lavoura de algodão** — Nos anos trinta a falta de braços na lavoura paulista — já presente desde o século passado — perdurava. Ocorre que o problema não era propriamente a falta de braços, mas a falta de trabalhadores agrícolas, visto que grande parte dos imigrantes, por exemplo, que entravam no país eram atraídos para os centros urbanos, onde os salários eram mais compensadores e o nível de vida sensivelmente superior<sup>(49)</sup>.

Em 1938 Garibaldi Dantas comentava que uma das conseqüências imediatas da falta de trabalhadores na zona agrícola era justamente o encarecimento do custo da produção. Isto porque os proprietários lançavam mão, muitas vezes, de salários superiores aos comuns, na tentativa de reter a mão-de-obra a seu serviço, sem nem mesmo poderem exigir certos cuidados na colheita, visando zelar pela obtenção de uma melhor qualidade da fibra.

Outro recurso adotado freqüentemente era o do recrutamento dos braços disponíveis nos centros urbanos mais próximos para, com tal medida, garantir a colheita em tempo, o que era importante para não haver perda na qualidade do produto. Dai aconselhar: “Quem não tiver braços relativamente abundantes não deve abalar-se a essa lavoura”<sup>(50)</sup>. Temia-se que sem o concurso de mais braços iríamos “atingir já o máximo de nossa capacidade de produção compatível com as cotações mundiais do produto”<sup>(51)</sup>.

J. Martins Rodrigues era dos que acreditavam que o problema não residia propriamente na ausência do trabalhador, mas no fato de ser grande a atração dos centros urbanos. Tanto assim que, escrevendo em 39, afirmou: “Quem vive em São Paulo há de ter observado que cresce aceleradamente o contingente de estrangeiros cuja índole os fixa nas cidades, por lhes repugnar o campo. O velho tipo de imigrante apegado à terra, afeito ao seu amanho, vai desaparecendo em favor do ‘urbano’, o homem que só nas metrópoles vive com prazer /.../ Talvez a única exceção, entre os imigrantes de entrada mais recente, sejam os japoneses, que se destinam, quase sempre, ao interior onde permanecem”<sup>(52)</sup>.

Em 1934, por exemplo, enquanto 10.828 japoneses viviam na cidade, 120.811 trabalhavam no campo. Em 1937 dos 8.726.335 alqueires de propriedades agrícolas em São Paulo, 5,32% estavam em mãos de japoneses<sup>(53)</sup>.

(48) Cardoso, Rui Barbosa — Splendor e decadência do algodão em São Paulo. *Fundamentos*, São Paulo, 3:178, 179, ago. 1948.

(49) A falta de braços em São Paulo. *O Observador Econômico e Financeiro*, cit., 3(38):119, maio 1938.

(50) Dantas, José Garibaldi — Mercados de algodão. *O Observador Econômico e Financeiro*, cit., 3(29): 99, jun. 1938.

(51) O algodão e sua política econômica. *O Observador Econômico e Financeiro*, cit., 1(11):94, dez. 1936.

(52) Rodrigues, J. Martins — Problemas imigratórios. *O Observador Econômico e Financeiro*, cit., 4(38): 27,28, mar. 1939.

(53) Brasileiros e estrangeiros na propriedade do solo paulista. *O Observador Econômico e Financeiro*, cit., 2(23): 155, dez. 1937.

Depois de uma permanência obrigatória nas fazendas de café, os imigrantes japoneses — como de resto ocorria com elementos vindos de outras procedências —, em busca de melhores oportunidades costumavam deslocar-se de um lugar para outro em busca — consciente ou não — de sua independência econômica, pois o sonho de todos era o enriquecimento em pouco tempo e a volta ao país de origem.

Pois bem, alguns desses imigrantes que viviam na região entre Piraju e Ourinhos, na Sorocabana, estaleceram-se nos núcleos agrícolas Monção I e II criados pelo governo entre 1911 e 1913 (54). A notícia mais antiga do plantio de algodão entre japoneses em São Paulo está ligada justamente a esses núcleos situados na estação Cerqueira César, na Estrada de Ferro Sorocabana (55).

Temos informes, novamente, de um número maior de japoneses dedicando-se àquele cultivo em 1918, na zona de Avaré. As condições favoráveis de comercialização do produto explicam o maior interesse então demonstrado em sua cultura. Muitas famílias conseguiram — já àquela altura — certo sucesso financeiro a ponto de afirmar-se: “na época do cultivo de cereais os japoneses tomavam pinga, mas com o algodão passaram a tomar vinho”. Tinha sua razão de ser tal afirmativa: não foram poucos os que abandonaram a rizicultura na Mogiana e se transferiram para zonas mais arenosas com o intuito de se dedicarem à cotonicultura (56).

Após a Primeira Guerra Mundial, mas sobretudo na década de vinte, a zona da Sorocabana funcionou como verdadeiro imã. O número de japoneses aumentou consideravelmente nas localidades de Avaré, Cerqueira César, Salto Grande e Santa Cruz do Rio Pardo cujos terrenos mostravam-se propícios àquele plantio. Praticando uma agricultura nômade atingiram Paraguaçu Paulista (1925), João Ramalho (1926) e Rondônia (1929).

Mas foi sobretudo após os meados da década de trinta — quando o plantio do algodão transformou-se em verdadeira febre — que houve uma corrida maciça para a Sorocabana, onde o número de arrendatários contrastava com aquele de proprietários na Noroeste (57), cuja atividade predominante era a cafeicultura. No caso das lavouras anuais, como ocorre com o algodão, ao contrário, a vantagem residia justamente no trabalho temporário da terra sob a forma de arrendamento, pois isto lhes permitia a prática de uma agricultura altamente comercial (58).

Esta diferenciação fica bem clara ao analisarmos, por exemplo, a presença japonesa na Alta Paulista. Entre Agudos e Piratininga o número de proprietários japoneses era bem maior que de Marília para frente, onde o domínio era da cotonicultura à base de arrendamento. Aliás, entre 1936 e 1946, Marília ocupou o primeiro lugar entre os produtores estaduais da fibra.

(54) Saito, Hiroshi — *O japonês no Brasil: estudo de mobilidade e fixação*. São Paulo, Fundação Escola Sociologia e Política de São Paulo, 1961, p. 134.

(55) Ando, Zempati — *Pioneirismo e cooperativismo. História da Cooperativa Agrícola de Cotia*. Trad. de José Yamashiro. São Paulo, Fundação Escola Sociologia e Política de São Paulo, 1961, p. 17.

(56) Koyama, Rokuro — *Imin 40 nen-shi*. São Paulo, 1949, p. 229.

(57) Saito, Hiroshi — *O Japonês no Brasil*, cit., p. 136, 137.

(58) *Ibidem*, p. 138.

Em 1934 a população japonesa do município de Marília era de 16,6% da população geral e, em 1940, de 19,24%. Em seu estabelecimento contaram os imigrantes com o apoio do governo e dos empresários nipônicos que adquiriam a produção, beneficiavam a fibra e a enviavam ao país do sol nascente <sup>(59)</sup>.

Ao que se saiba, em 1933 seguiram para Kobe sessenta e seis fardos de algodão paulista a bordo do *Arizona Maru*. A companhia de navegação *Osaka Shosen* chegou a oferecer um desconto temporário (até 1937) de 64% para o transporte da produção paulista para o Japão com o intuito de facilitar a penetração do produto no país oriental.

Em 1934 o jornal *Nôgyô Burajiru* (Agricultura no Brasil) incentivava seus leitores no sentido de se dedicarem ao plantio de algodão e em 1937 foi fundada uma companhia — A algodoeira Nipo-Brasileira — que iniciou suas atividades comprando a safra daquele ano <sup>(60)</sup>.

Tudo isso funcionou como incentivo ao braço japonês no sentido de voltar-se para a cultura do algodão. Em 1930, quando a produção brasileira daquela fibra não ultrapassava a casa dos 563.227 fardos e a paulista era de 17.485, portanto 3,1% daquela, a participação nipônica foi de 45,7%, pois sua produção atingiu aos 8.000 fardos.

Dez anos mais tarde (1940) J. Testa, da Superintendência do Café, comentava o fato de que apesar do número de japoneses radicados em São Paulo não ultrapassar a 3,5% da população total do Estado sua participação era marcadamente no setor agrícola, pois respondiam por: 100% do rami, seda, pêssego e morango; 99% da hortelã e do chá; 80% da batata e dos legumes; 70% dos ovos; 50% das bananas; 40% do algodão e 20% do café produzidos pelo Estado de São Paulo <sup>(61)</sup>.

Tidos por agricultores cuidadosos já que suas lavouras davam a impressão de "ordem e limpeza /.../ São varridas 'penteadas' ", eram criticados, entretanto, por empregarem pouco adubo orgânico, o que prejudicava a recuperação do solo <sup>(62)</sup>.

O esgotamento rápido da terra aliado à condição de arrendatário do agricultor fazia com que o nipônico abandonasse as terras já pouco produtivas em busca de terrenos novos para cultivar.

Por dois ou três anos trabalhavam como formadores de algodão e meeiros quando, então, de posse de experiência e recursos passavam à condição de arrendatários. Tanto na Sorocabana quanto na Alta Paulista as famílias arrendavam de cinco a dez alqueires os quais eram trabalhados por seus próprios membros. Só por ocasião do plantio e da colheita é que era solicitado auxílio de pessoas estranhas, japonesas ou não. Neste caso, em grande parte nordestinos que, igualmente, estavam na época galgando os degraus da ascensão social de trabalhadores assalariados para proprietários. Ambos, enfim, tiveram um papel importante na cotonicultura paulista na década de trinta <sup>(63)</sup>.

---

(59) Vieira, Isabel Schurig — *O japonês na frente de expansão paulista*. São Paulo, Pioneira EDUSP, 1973. p. 67. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. Antropologia).

(60) Koyama, Rokuro — *Imin 40 nen-shi*, cit., p. 229.

(61) Testa, J. — A imigração japonesa no Brasil. *Digesto Econômico*, São Paulo, 9 (103): 48, jun. 1953.

(62) *Ibidem*, 9 (103): 47, jun. 1953.

(63) Saito, Hiroshi — *O japonês no Brasil*, cit., p. 187.

O interesse dos japoneses no desenvolvimento do cultivo era tão grande que sob sua iniciativa foi realizada uma Conferência Algodoeira em São Paulo em 1936. A ela compareceram delegados dos lavradores e dos comissários, importadores e exportadores. A presidência dos trabalhos foi entregue ao cônsul do Japão.

Naquela oportunidade ficou atestada a participação da mão-de-obra japonesa na safra algodoeira de 1935/36: 31%. Era, na ocasião, de duzentos mil réis, em média, o valor do alqueire arrendado. Como, em geral, as famílias tomavam para cultivo cinco alqueires e como o número delas era de aproximadamente dez mil, calculava-se que cinquenta mil alqueires estavam sendo cultivados ou, em outras palavras, a renda anual deveria girar em torno de dez mil réis.

Verificou-se que a produção média dos nipônicos, por alqueire, era de cento e cinquenta arrobas e que os melhores resultados foram obtidos com os plantios de meados de outubro (64).

Enquanto para o proprietário da terra o custo da produção ficava por volta de seis mil réis por arroba, para o arrendatário somava de nove a dez mil réis.

O financiamento para o plantio era em geral conseguido nas cidades junto aos donos das máquinas de beneficiamento e nos depósitos de algodão. Os empréstimos eram concedidos sob condição de entrega da produção.

Um dos problemas residia no fato dos arrendatários não possuírem nenhum bem a não ser alguns instrumentos agrícolas e um ou outro animal, o que fazia com que não dispusessem de recursos para cobrir eventuais prejuízos. Tais circunstâncias fizeram com que lhes fossem cobrados juros abusivos, procurando os financiadores, desta forma, se resguardar de possíveis perdas.

Quanto ao fornecimento, isto é, o empréstimo, era feito em espécie e não em dinheiro, já que grande parte dos donos das máquinas era, também, proprietária de armazéns de secos e molhados (65).

Entre o produtor e o comprador era firmado um contrato estabelecendo as bases para a compra e a venda do produto. Mas, por ocasião da entrega da fibra, nem sempre havia concordância entre as partes.

Os compradores e os donos das máquinas de beneficiamento faziam às vezes de intermediários já que se adquiriam o produto do lavrador e o revendiam às empresas internacionais que mantinham representantes quer na capital, quer em algumas cidades do interior.

Os bens auferidos com a cotonicultura os japoneses os empregavam ou na ampliação da área de cultivo, ou na aquisição de terras ou, ainda, em sua transferência para centros urbanos. Ali passavam a exercer as funções de compradores da fibra ou adquiriam armazéns de secos e molhados ou, ainda, quando as condições o permitiam, tornavam-se proprietários de máquinas de beneficiamento. Baseado nesses fatos é que Hiroshi Saito foi categórico ao afir-

---

(64) As variedades então produzidas eram: o *Texas big-ball*, em meados de outubro; *Expresso*, em fins de outubro e princípios de novembro e *Piratinunga* entre meados de outubro e princípios de novembro, também. (A contribuição dos japoneses para a produção brasileira de algodão). *O Observador Econômico e Financeiro*, cit., 1(9):99, out. 1936.

(65) Saito, Hiroshi — *O japonês no Brasil*, cit., p. 143, 186.

mar: "o processo de diferenciação social se sente de maneira muito mais nitida nas relações de produção do algodão do que nas do café, guardadas as devidas proporções" (66).

É sabido que o algodão não pode ser plantado anos seguidos num mesmo local visto que após cinco ou seis anos a produção declina nitidamente. A tendência do arrendatário, como já aludimos, era abandonar a lavoura em busca de terra nova para obter bons resultados com um mínimo de adubo e de esforço. Segundo Schattan, formou-se "um verdadeiro círculo vicioso. A produção com técnica deficiente expulsa o homem da terra rapidamente, e o produtor nômade não encontra os meios adequados para produzir em condições favoráveis" (67).

Um engenheiro da Secretaria da Agricultura de São Paulo verificou que pela distribuição das sementes aos agricultores poder-se-ia ter noção do avanço dos nipônicos pela zona nova, isto é, Presidente Prudente, Marília, Araçatuba e São José do Rio Preto. A conclusão a que chegou foi que ao final do período que nos interessa no momento, isto é, nos anos 1941/42 para a zona nova foram encaminhados 340.105 sacos de sementes contra 436.629 para a velha; portanto a maioria ali permanecia. Cinquenta anos mais tarde, todavia, já a situação se invertera, pois a zona nova solicitou 401.701 sacos, enquanto para a velha foram encaminhados apenas 245.972 (68).

Em 1937 os nossos dois principais produtos de exportação sofreram queda em sua cotação internacional. A tonelada de algodão caiu de 33,9 para 24,4 libras. Com isto, no cômputo geral de nossas exportações houve uma queda de 6,5 milhões de libras forçando, inclusive, uma diminuição em nossas importações com conseqüente desequilíbrio em nossa balança de pagamentos.

Em 1938, tudo fazia crer que os negócios seriam favoráveis já que fora conseguida uma relativa estabilidade nos preços do algodão no mercado mundial.

Todavia, os acontecimentos na Áustria e o discurso de Hitler a 18 de março — interpretado desde logo como ameaça de guerra — provocaram uma reviravolta na situação mundial. As nações ficaram na expectativa de um conflito de caráter internacional e com temor de suas conseqüências inevitáveis.

A situação foi sobretudo preocupante em São Paulo que colhera, então, uma de suas maiores safras (69).

A tensão não era só nossa. Os Estados Unidos também tinham em mãos grande quantidade do produto, calculada na época em dez milhões de fardos. O problema pareceu não ser de fácil solução diante de uma certa estagnação nos negócios. A Inglaterra, tradicional compradora, não se mostrava interessada em fazer aquisições, pois contava com um estoque razoável. O Japão, outro cliente importante, em plena guerra com a China, reduzira a venda

(66) *Ibidem*, p. 143.

(67) Schattan, Salomão - Algodão. *Revista Brasiliense*, 9:44, jan. fev. 1957.

(68) Cardoso, Rui Barbosa — Esplendor e decadência do algodão em São Paulo. *Fundamentos*, São Paulo, 3: 188, ago. 1948.

(69) Dantas, José Garibaldi — Os mercados de algodão. *O Observador Econômico e Financeiro*, cit., 3 (27): 92, abr. 1938.

de tecidos e a compra de matérias-primas. Em 1937/38 chegou mesmo a revender certa porção de algodão que adquirira <sup>(70)</sup>. Mas, assim que a situação permitiu, ele retomou suas compras, se bem que em menor quantidade. Como São Paulo era dos mercados fornecedores aquele que possuía as fibras mais adequadas à fabricação de tecidos médios, a nova disposição de importar manifestada pelo país do sol nascente repercutiu favoravelmente em nosso Estado <sup>(71)</sup>.

O Japão, em 1938, foi o país que mais importou a fibra paulista de acordo com os certificados de exportação, a saber:

#### EXPORTAÇÃO DE ALGODÃO DE SÃO PAULO (1938)

<i>Países</i>	<i>Quantidade (kg)</i>
Japão .....	58.329.940
Alemanha .....	50.198.000
Inglaterra .....	30.266.000
França .....	22.500.000
Itália .....	9.137.000
China .....	7.646.000
Holanda .....	6.303.291
Polônia .....	5.574.877
<b>Total</b>	<b>199.999.000</b> <sup>(72)</sup> .

No ano seguinte, isto é, em 1939, tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra foram sentidos os primeiros sinais de recuperação econômica, o que coincidiu com o início da Segunda Guerra Mundial <sup>(73)</sup>.

Apesar de toda a irregularidade que caracterizou o mundo em pleno conflito mundial, tanto a produção quanto a exportação do estado paulista atingiram cifras até então não alcançadas <sup>(74)</sup>.

Um dos problemas enfrentados na comercialização da produção residia no transporte da mercadoria. Por um lado, os países beligerantes davam preferência ao transporte dos produtos necessários à defesa militar, e de outro os Estados Unidos proibiam que seus cargueiros transportassem algodão para as zonas em conflito. Resultado: implantou-se o problema do transporte da mercadoria para os comerciantes.

Até então o mesmo fora praticamente monopolizado pelos norte-americanos. Mesmo que seus navios não se recusassem ao transporte para o Japão, visto não estar na zona de conflito, mesmo assim, a situação era problemática na medida em que não bastava ter na-

(70) Mercados de algodão. *O Observador Econômico e Financeiro*, cit., 3(36): 167, jan. 1939.

(71) Dantas, José Garibaldi — Os mercados de algodão. *O Observador Econômico e Financeiro*, cit., 3(27): 93, abr. 1938.

(72) *Ibidem*, 3(36): 167, jan. 1939.

(73) A conjuntura econômica no Brasil entre 1929 e 1939. *Conjuntura econômica*, São Paulo, 3(3):36, mar. 1949.

(74) *O Observador Econômico e Financeiro*, cit., 5(55): 3, ago. 1940.



vios para o transporte era necessário, também, garantir a existência de mercadorias como carga de retorno... Na ocasião, o Brasil exportava bem mais do que importava do Japão (75).

Em dezembro de 1941 Pearl Harbour colocou um ponto final nas relações comerciais nipo-brasileiras. A entrada do Japão no conflito mundial marcou um período de grande recessão econômica naquele país. O número de suas firmas importadoras e exportadoras que em 1937 era de 5.600, em 1943 não ultrapassava a 800.

Como não poderia deixar de ser, toda essa situação refletiu-se imediatamente no Brasil. Levantamento procedido pelo Serviço Científico do Algodão do Instituto Agrônomo de Campinas deixou claro que a contribuição japonesa na cotonicultura paulista começou a apresentar os primeiros sinais de decréscimo, justamente no ano agrícola 41/42.

#### DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PLANTADA, POR NACIONALIDADE

(alqueires de 24.200 m<sup>2</sup>)

Ano agrícola	Japoneses	% do total	Total
1937/38	109.613	23%	475.566
1938/39	106.361	24%	445.739
1939/40	138.596	22%	621.382
1940/41	153.105	24%	628.240
1941/42	129.594	22%	578.428
1942/43	106.078	16%	659.083
1943/44	112.973	15%	752.991
1944/45	114.256	14%	792.050
1945/46	89.685	18%	500.087 <sup>(76)</sup>

Estes dados deixam patente que embora a área total de plantio do algodão tenha continuado a descrever curva ascendente até 45/46, entre os japoneses ela passou a ser decrescente já em 41/42.

Nos anos quarenta a cotonicultura-paulista foi marcada por um baixo rendimento por área e por uma certa estagnação quanto à sua qualidade. Evidentemente isto tudo repercutiu desfavoravelmente no mercado internacional onde nossos concorrentes, antigos e novos, procuravam cada vez mais, melhorar suas ofertas<sup>(77)</sup>.

Nossas autoridades pareciam não se dar conta do problema. Apenas em 1945, quando houve uma queda brusca na produção, é que começaram a tomar providências e a buscar soluções. Renato Gonçalves Martins, em 1950, ao escrever sobre o drama do algodão brasileiro assim se expressou: "divorciados como se acham os diferentes órgãos responsáveis pela solução dos nossos problemas têxteis, foi-se, pouco a pouco, perdendo o controle da produção até atingirmos a atual situação de alheamento e irresponsabilidade em que vivemos para

(75) Dantas, José Garibaldi — Mercado de algodão. *O Observador Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro, 5(49): 133, fev. 1940.

(76) Cardoso, Rui Barbosa — Esplendor e decadência do algodão em São Paulo, *cit.*, 3: 170-194, ago. 1948.

(77) Schattan, Salomão — Semente de algodão, fator básico da cotonicultura paulista. *Revista Brasileira, cit.*, 17:35-50, maio/jun 1958.

com as questões máximas do algodão, quando não se dispõe nem de sementes selecionadas, nem de campos de cooperação ou de multiplicação, nem de estatísticas exatas, nem assistência aos lavradores /.../' (78)

Na década de quarenta a economia algodoeira paulista passou inteiramente para mãos estrangeiras. Em 1946, 81% das exportações pelo porto santista e, em 1948, 93,5% foram feitas por eles. Naquele ano Rui Barbosa Cardoso escreveu: "hoje, os Estados Unidos dominam inteiramente o comércio internacional de algodão /.../ O Japão, outrora nosso grande freguês, é agora, sob a batuta do General McArthur, um mercado fechado para nós: os japoneses só compram o algodão que convém aos americanos" (79).

Concluindo, como vimos, se razões econômico-financeiras peculiares a nosso país agiram no sentido de orientar os japoneses para a prática da cotonicultura, a demanda do mercado internacional — sobretudo japonês — foi decisiva nessa opção. Quando, pelas razões expostas, esse contexto foi alterado, grande número de japoneses passaram a exercer outras atividades, agrícolas ou não, mesmo porque perderam a infra-estrutura de apoio que receberam durante todos os anos trinta.

Seria injusto limitarmos o papel do japonês na cotonicultura paulista à sua atuação junto à produção, beneficiamento e comercialização das safras. Ela foi muito além, como lembrou Hiroshi Saito. O japonês no plantio do algodão teve uma influência grande e positiva sobre outros lavradores e pequenos proprietários que se limitavam à prática de uma agricultura apenas de subsistência. Com o tempo tais elementos abandonaram sua agricultura tradicional e estática e passaram "a uma nova forma de vida, a de pequeno produtor" (80).

Mas o reverso da medalha também é verdadeiro. O contato dos nipônicos com elementos de outras procedências foi sobretudo importante para sua integração em nosso *habitat*, pois a tendência era de conservação de seus usos e costumes já que trabalhavam em família sob o estímulo e o amparo do governo e de firmas japonesas, exportavam para sua terra natal e guardavam consigo o sonho de para lá retornar (81).

---

(78) Martins, Renato Gonçalves — *O drama do algodão brasileiro*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1950. (Col. Que é o Brasil, 2).

(79) Cardoso, Rui Barbosa — *Esplendor e decadência do algodão em São Paulo*, *cit.*, 3: 184-185, ago. 1948.

(80) Saito, Hiroshi — *O japonês no Brasil*, *cit.*, p. 187.

(81) Vieira, Maria Isabel Schurig — *O japonês na frente de expansão paulista*, *cit.*, p. 69.